

# GTPOS

Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual

## EDITORIAL

**E**leito pela grande maioria de jovens que participam de programas de orientação sexual como prioritário, o aborto é um tema que desassossega pais, professores, médicos e adolescentes.

Redundante é falar em estatísticas e números sobre gravidez não planejada na adolescência, internações hospitalares por seqüelas de abortos mal realizados, etc.

Urge a discussão e providências para o encaminhamento desta questão no âmbito da educação e saúde pública.

Do ponto de vista da lei, é permitido pelo Código Penal Brasileiro de 1940, desde que a gravidez seja resultado de estupro, ou que ameace a vida da mãe. Na prática, nem mesmo nestes casos pode ser facilmente realizado. Existe um projeto de lei que visa justamente tornar este preceito legal de fato realizável pelos serviços de saúde. Há também uma proposta que sugere a ampliação do direito ao aborto para os casos onde a sobrevivência da criança não é possível devido à malformação ou doença degenerativa incurável. Temos por fim, a mais abrangente de todas as propostas, que pretende colocar o aborto como um direito de todas e cada uma das mulheres.

Por mais lentos que sejam os avanços sociais em relação a este tema, pretendemos manter a discussão aberta, visando garantir os direitos sexuais e reprodutivos de forma cada vez mais efetiva.

GTPOS

## Aspectos psicológicos do aborto em adolescentes

por Maria Cecília Pereira da Silva

**U**ma pesquisa realizada por Zenilda Vieira Bruno da Universidade Federal do Ceará, com 1200 adolescentes, aponta que apesar de aliviadas, 60% delas sentem-se culpadas e nervosas após o aborto. No Brasil, de um milhão de jovens, entre 10 e 19 anos, que ficam grávidas a cada ano, mais de 200 mil abortam, na sua maioria na clandestinidade. Em 1994, em São Paulo, um terço das mortes por complicações de aborto foi de garotas entre 15 e 19 anos. Dessas, 40% engravidam novamente após três anos da primeira gestação (Revista Cláudia, abril/97).

Na polêmica discussão sobre aborto, que envolve questões legais, religiosas, culturais e morais, a maioria das pesquisas se atém à luta pela descriminação do aborto e suas conseqüências, abordando pouco os aspectos psicológicos envolvidos nessa ação. E, ainda, a maior parte dos trabalhos relativos à adolescente

privilegia a prevenção da gravidez indesejada à prevenção do aborto. Para tratar da prevenção da gravidez trabalha-se com as informações sobre os contraceptivos, DST/AIDS, etc. Quando lidamos com a prevenção do aborto temos que focar os riscos envolvendo a saúde da mulher, a questão do prazer sexual, o que representa no imaginário da adolescente ter um filho, as condições necessárias para a vida sexual, o que a leva a engravidar e as seqüelas físicas e emocionais ligadas ao aborto.

Abordar os aspectos emocionais é sempre algo muito singular. Cada um reage emocionalmente, de uma forma única, diante das situações conflitivas da vida, dependendo de sua história, recursos emocionais internos e do contexto em que se encontra. Neste sentido não é possível padronizar reações emocionais, nem mesmo em relação ao aborto.

▶ continua na página 2

# Aspectos psicológicos do aborto em adolescentes

Cinquenta anos após a morte de Freud, que explicitou sua perplexidade diante de uma decisão tomada sem remorso nem hesitação em relação ao aborto (Freud, 1920), observamos no trabalho clínico as evidências em relação às consequências traumáticas dessa intervenção. Nossa tarefa, como educadores, é a de possibilitar que as adolescentes envolvidas possam agir conscientemente e assim assumir suas responsabilidades, aprendendo com essa experiência. Não é apenas a saúde mental da jovem grávida que está em questão mas a de cada ator dessa cena. A decisão de se ter ou não o filho deveria ser prioritariamente da mulher, e do casal dentro de seus valores éticos, emocionais, morais e religiosos.

Quando uma mulher está grávida ela vive, por um lado, inúmeras fantasias: de prazer, satisfação e plenitude. E, por outro, fantasias persecutórias: o medo de que todos os seus sonhos profissionais e de independência sejam naufragados, a angústia de não ter podido escolher o parceiro e o momento de ter um filho, as condições emocionais e econômicas de criá-lo, e o receio de produzir um filho imperfeito. Portanto, vários sentimentos ambivalentes estão envolvidos nessa decisão tais como: amor e ódio, vida e morte, culpa e desejo, fantasia e realidade, permeando a decisão de continuar ou interromper a gravidez.

A intensidade dos transtornos emocionais, gerados pela situação do aborto, na própria jovem e na sua família, vai depender da condição emocional de cada adolescente de elaborar essa perda, esse luto. Se ela puder contar com uma família continente e de ajuda psicológica, a elaboração desse luto será de uma forma menos sofrida. Mas, na nossa realidade, nem sempre as adolescentes encontram apoio dos pais. Os pais por mais abertos e liberados que sejam, sempre representam para os filhos modelos ou parâmetros de valores morais.

A decisão de optar ou não pelo aborto deveria ser tomada pela própria adolescente, assumindo os riscos e responsabilidades envolvidos, com ou sem apoio dos pais. Para isso a adolescente deve-

ria ter acesso a informações e espaços para refletir sobre tudo o que envolve a sexualidade. Acredito que a melhor forma dos adolescentes incorporarem e elaborarem as informações sobre os métodos anticoncepcionais, DST/AIDS e os tabus e preconceitos envolvidos na sexualidade, é através de conversas com seu grupo de iguais acompanhados de um adulto de confiança e capacitado para isso.

Nossa cultura supervaloriza o papel da mãe e o aborto é um tabu, além de ser considerado crime pela lei. A liberação sexual ainda está tomada por muitos preconceitos e é como se a adolescente, que tem vida sexual, se identificasse mais com o papel de prostituta do que com o direito de usufruir com prazer da sexualidade. Engravidar, ser mãe, é uma forma aceita de legitimar a vida sexual, e uma maneira de aliviar a culpa e superar o preconceito de se sentir vulgar.

Isso torna mais difícil a tomada de decisão pelo aborto. Se a adolescente não puder contar com uma ajuda terapêutica, antes e após o aborto, – como há nos serviços públicos de saúde na França e na Inglaterra –, se não puder elaborar todos esses sentimentos envolvidos na situação do aborto e tomar consciência, essa situação pode se repetir.

O ato de gerar um filho está ligado simbolicamente à capacidade criativa do ser humano. Todo ato de abortar, sejam idéias, projetos, ou um filho, pode prejudicar a capacidade simbólica e criativa do indivíduo. Se a vivência do aborto não puder ser transformada emocionalmente, gera sentimentos de perda, aflição e angústia criando um conflito não resolvido por anos. Pode provocar depressão, perda da auto-estima e rejeição do corpo feminino, que não deu a luz à uma criança, e a repetição de abortos.

A capacidade da jovem de decidir conscientemente vai depender de suas condições emocionais de discriminar a realidade, que, por sua vez, permitirá um sentimento de alívio, a possibilidade de elaboração e restauração desta perda, sobrevivendo dentro de si a capacidade criativa (fertilidade, realização afetiva-pessoal e profissional).

**Na prevenção do aborto devemos discutir os riscos físicos e psicológicos**

# Educadores do UNAS\*/ Heliópolis falam de sua experiência

por Alexandre, Cecília, Fia, Genésia, Marcelo e Solange

**H**oje a mídia estimula muito a criançada sexualmente. Por exemplo, com a dança do tchan, dança da garrafa que a criançada curte. Mas isso não é bom, porque passa uma visão falsa e distorcida do que a sexualidade é. As meninas se vestem com roupas sensuais, saias bem curtinhas, tops, etc e confundem o artista no palco com a vida no dia-a-dia delas. Elas ficam desprotegidas porque alguns adultos dão corda mas estão pensando “outras coisas”. Aí os adolescentes ficam muito expostos, perto das drogas, da prostituição... Muitas fogem dos pais, dos grupos da Comunidade que frequentavam, sentem-se envergonhadas e com medo. Elas pensam “eu já não sou mais o que eles pensam que eu sou e se eles souberem o que eu fiz? Ficam culpadas. Se afastam da gente.

**É** preciso observar as mudanças que ocorrem nos adolescentes porque a gente percebe quando acontece alguma coisa. Mas é preciso saber perguntar, conversar com muito jeitinho, por exemplo, “Quando eu levo as meninas para o salão de baile, lindas, arrumadinhas, deixo à vontade. Fico lá por perto e depois converso sobre tudo que aconteceu com elas e com outras pessoas. As vezes é preciso que a gente dê uma puxada e coloque limites. Depois elas até agradecem porque a gente proibiu.

**N**osso papel é de esclarecer e não recriminar quando fazem perguntas. Se você não está atento para as dúvidas que eles tem, eles vão descobrir fazendo! Tem que haver maior abertura de estar conversando sobre o sexo com eles, que o sexo é legal, é gostoso... Mas tem que ter a hora certa, tem que ser de um jeito que eles se sintam responsáveis pelo ato, pelo que estão fazendo e sabendo das conseqüências, se tem entrosamento, se tem carinho, se tem amor na transa... Que gosto teria ficar com uma pessoa que você acabou de conhecer? Tem que transar?

**P**or exemplo, um garoto diz que gosta da menina. Ele gosta mesmo dela, mas a garota ficou grávida e aí eles não assumiram. Fizeram aborto e eles tinham informações. Foi descuido.

Então eu converso com os adolescentes no dia-a-dia, oriento para prevenir; falo onde buscar o preservativo, brincando eu vou conversando de coisas que acontecem na vida deles, oriento e informo. São poucos educadores para muitas crianças e adolescentes. As crianças não tem como chegar na mãe e no pai para conversar porque eles não tem informações, não tem abertura, tem repressão.

**N**ão sei se teve tanto avanço hoje. Ainda tem muito preconceito. Muita discriminação. Por que brincar de boneca é coisa de

“viadinho”? E só porque mulher brinca de pipa, de bolinha de gude, é chamada de sapatão.

Se eu descobrisse que meu filho era homossexual eu ia ajudá-lo muito e se não conseguisse sozinha ia procurar ajuda, porque ele precisa gostar de si como ser humano. Tem muito preconceito na sociedade. Ele podia sofrer. Então eu ia ficar junto com muito amor.

**A**s descobertas da mulher são muito importantes. A gente também precisa se educar. Para os pais combaterem os preconceitos e a vergonha só tendo um esclarecimento melhor, só as informações não bastam.

É fácil falar “usa a camisinha”. Mas como? Pra mim este espaço de Oficina de Mulheres está sendo muito importante para conversar sobre tudo isso. Cada um tem uma vivência. Em momento algum o educador julga se está certo ou errado.

Falar abertamente estimula o ser humano, ele vai sentindo que tem um espaço para discutir os seus problemas. Num primeiro momento é uma abertura para o conhecimento, a gente solta aquilo que pensa, as dúvidas e vai indo embora ... O espaço em cada um de nós fica maior, fica dentro da gente aquelas conversas. Há um descarrego. A gente vai se identificando e vendo os caminhos que a gente tem para mudar as coisas.

\* UNAS  
União de  
Núcleos,  
Associações e  
Sociedades  
dos Moradores  
de Heliópolis/  
São João  
Clímaco

**CDI INDICA**

**Vídeos**

Vídeos didáticos podem ser usados para o trabalho com o tema aborto. Eles podem ser vistos no GTPOS, apenas como consulta. Para adquirí-los é preciso contatar a produtora.

1 – Aborto Legal, 32 min., ECOS

2 – Aborto não é crime ,23 min., NEMGE

3 – Uma vezinha só, 15 min., ECOS

4 – Ventre Livre, 47 min., Casa do Cinema de Porto Alegre.

**Publicações**

Sugerimos alguns títulos aos educadores que desejarem trabalhar com o tema “aborto”. Estas publicações encontram-se disponíveis apenas para consulta em nossa sede ; não doamos, emprestamos ou vendemos estes livros.

Prado, Danda . O que é aborto, SP, Ed. Brasiliense, 1991.

Verardo , Maria Tereza. Aborto um direito ou um crime ?, SP, Ed. Moderna, 1987.

Barroso, Carmem ; Bruschini, Cristina. Sexo e Juventude , SP, Ed. Cortez, 1991.

Suplicy, Marta e cols. Sexo se aprende na escola, SP, Ed. Olho D’Água, 1995.

Ribeiro, Marcos. Sexo sem mistérios , SP, Ed. Saraiva, 1996.

ECOS, Uma questão delicada, SP, 1995.

**Desejo X Castigo**

por Ricardo de Castro e Silva,  
Silvio Bock e Yara Sayão

Neste artigo pretendemos questionar o motivo da permissão legal do aborto no caso de estupro e compará-lo à proibição e penalização do aborto em outros casos e situações.

O estupro é um ato violento que ocorre sem a permissão da mulher. É uma experiência de relação sexual desprazerosa pela submissão involuntária e agressiva em que é praticado. Deste ato pode resultar uma gravidez.

A gravidez indesejada, por outro lado, resulta de uma relação sexual desejada. Pressupõe a possibilidade do prazer. Seu resultado ocorre por falha do método contraceptivo ou pela falta de cuidado.

A gravidez resultante de um estupro pode ser interrompida (segundo a legislação), a gravidez resultante de prazer, não!

Seguramente esta diferença não pode ser vista sob a ótica do direito à vida do feto, pois não há o que discrimine os dois fetos neste sentido.



O que diferencia, então, as duas situações? A mulher que engravida de forma não violenta e que supostamente tem uma relação em busca de prazer, mas não quer o filho, está “condenada” a assumir por toda a vida a consequência de seu prazer “desmedido” e “inconseqüente”.

Desconfiamos que a lei, moralista que é, no fundo está punindo e condenando o prazer. Como uma ameaça, a lei estaria dizendo: cuidado! o prazer pode gerar uma consequência importante e irremediável, por isso é melhor não ter prazer. Assim, o risco de uma gravidez indesejada desapareceria.

Sabemos que a condenação do prazer da mulher acompanha toda a sua história. O destino da mulher “honrada” era a procriação; o prazer ficava com a prostituta, uma mulher “devassa” e marginalizada. Assim, uma mulher “honrada”, “séria”, jamais se veria numa situação de gravidez indesejada.

Temos portanto, que o critério utilizado pela lei brasileira não é o da valorização da vida do feto, mas sim o da punição da irresponsabilidade na contracepção, associando risco e prazer.

Consideramos que a permissão legal para o aborto deve ser ampliada para todos os casos de gravidez indesejada (não apenas para os casos de estupro ou risco de vida da mãe).O aborto deveria ser utilizado como último recurso e a partir de uma decisão do casal ou pessoal. Ninguém deve ser obrigado ao aborto se não quiser fazê-lo. Assim acabaríamos com a situação hipócrita que vivemos (aborto proibido legalmente, mas realizado aos milhares através de métodos químicos ou em clínicas clandestinas), proporcionando melhores condições de saúde e segurança para a mulher que decidir interromper sua gravidez, por qualquer motivo.

# Aids: construindo a prevenção

por Maria Aparecida Barbirato

Já vai longe o tempo em que tentávamos nos “proteger” da AIDS, acreditando só estarem vulneráveis a ela alguns segmentos sociais, então chamados, precipitada e defensivamente, de **grupos de risco**.

A epidemiologia da doença derubou esta, dentre tantas ilusões que temos produzido sobre a Aids, e nos conduziu a adotar uma outra denominação, que englobasse qualquer e todos os indivíduos na possibilidade de infecção pelo HIV, desde que expostos, através de **comportamentos de risco**, ao contato com fluídos sexuais ou sangue contaminados.

Este segundo conceito, entretanto, também não deu conta de retratar a cruel história social da epidemia. Os mesmos comportamentos podem resultar em maior ou menor risco, para diferentes indivíduos ou grupos, a depender de fatores como sexo, gênero, classe social, qualidade de vida, condições de saúde, dentre outros.

Lança-se mão, então, do conceito de **vulnerabilidade**, que resulta da articulação entre os comportamentos de risco com os obstáculos enfrentados para a sua transformação. Ambos, comportamentos e obstáculos, engendrados por determinações biológicas, culturais, morais, econômicas e políticas, e traduzidos tanto na via caleidoscópica da subjetividade como na cena objetiva da realidade.

Exemplos: as mulheres, numa relação heterossexual, estão mais vulneráveis ao HIV do que os homens, tanto devido a fatores biológicos, como em função da assimetria nas relações entre os gêneros, (o que tende a lhes conferir menor autonomia para se responsabilizar pela sua própria saúde sexual). Da mesma forma, as populações pobres estão muito mais vulneráveis à AIDS do que aquelas que tem condições objetivas adequadas para cuidar da sua própria saúde e existência. (Segundo estudos internacionais, as DSTs, muito mais pre-

valentes nas populações de baixa renda, aumentam em até 18 vezes o risco de transmissão de HIV, assim como a susceptibilidade em adquiri-lo).

Ao articular, intrinsecamente, a prevenção com o abrangente espectro de fatores que nela interferem, o conceito de vulnerabilidade aterriza no plano da construção do possível, superando a prescrição idealizada do desejável. Mira, nas ações educativas, para a **redução de riscos** frente ao HIV, equação peculiar para cada indivíduo, mais do que para a recomendação fragmentada desta ou daquela conduta preventiva.

Entre a prevenção mais eficiente e a negação da epidemia, existem uma série de atitudes – individuais e coletivas – que podem reduzir os riscos frente à infecção, diminuindo a vulnerabilidade de indivíduos e grupos.

Nas relações onde a camisinha ainda “não cabe”, muitas vezes cabem outras iniciativas que reduzem, em variadas medidas, os riscos contidos na inércia da repetição das práticas sexuais pré-Aids.

Nas comunidades de baixa renda, um componente essencial para a redução da incidência de HIV, está nos programas sistemáticos de prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis.

Nos grupos de usuários de drogas injetáveis, os programas de distribuição de seringas e agulhas, mais do que o simplesmente “diga não às drogas”, têm se mostrado decisivos para a redução de danos na vida dos usuários, ao reduzir os riscos de contaminação pelo HIV.

A ótica deste conceito alinha-se com as concepções pedagógicas mais seqüentes, que entendem a ação educativa como um processo de mão dupla, entre quem ensina e quem aprende: resultado da circulação dos conhecimentos através do intercâmbio permanente entre os saberes científicos e mundanos, para se construírem como pensamento, aprendizagem e autonomia dentro de cada um.

A disseminação dessa abordagem poderá torná-la um instrumento precioso em prol da eficácia nas futuras ações preventivas.

O conceito de vulnerabilidade aterriza no plano do possível

**BOLETIM GTPOS**

é uma publicação trimestral do GTPOS – Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual financiada pelo PN DST/AIDS – Ministério da Saúde. Rua Monte Aprazível, 143 Vila Nova Conceição 04513-030 São Paulo/SP Brasil  
Fone (011) 822.8249 Fax (011) 822.2174

**EQUIPE DO GTPOS:****Presidente de Honra:**

Marta Suplicy

**Presidente:**

José Luiz Brant de Carvalho

**Vice-Presidente:**

Ivone do Canto Almeida

Antonio Carlos Egypto, Cordélia de Souza Castelo Branco, Dalva Taveira Menocci, Elisabeth Bahia Figueiredo, Elisabeth Maria Vieira Gonçalves, Francisca Veitas Vergueiro Vonk, Maria Aparecida Barbirato, Maria Cecília Pereira da Silva, Maria Cristina Machado da Costa, Maria Cristina Domingues Pinto, Maria da Glória Camargo Macruz, Maria Rosa da Silva, Ricardo de Castro e Silva, Rosângela Maria Rigo, Silvio Duarte Bock e Yara Sayão.

**Secretaria:** Lane Ferreira Magalhães, Maria de Fátima Bezerra Costa Porto

**Coordenação Editorial:**

Francisca Veitas Vergueiro Vonk

**Colaboraram nesta edição:**

Elisabeth Bahia Figueiredo, Elisabeth Maria Vieira Gonçalves, Maria Aparecida Barbirato, Maria Cecília Pereira da Silva, Ricardo de Castro e Silva, Sívio Duarte Bock e Yara Sayão

**Bibliotecária responsável:**

Clara A. M. Ruggiero (CRB - 8 n. 5571)

**Apoio:** Fundação MacArthur**Jornalista responsável:**

Nelma de Fátima Firmiano (MTB 13582)

**Projeto Gráfico / Direção**

de Arte: Moema Kuyumjian

**Tiragem:** 6.000 exemplares

**DIAS 22, 23 E 24 DE AGOSTO**  
**Capacitação Inicial para o Trabalho de Orientação Sexual com Adolescentes**

**DIAS 19 E 20 DE SETEMBRO**  
**Capacitação Inicial para o Trabalho de Orientação Sexual com Crianças**

*Informações e inscrições pelos telefones:*  
*(011) 822.8249 e (011) 822.2174*

*Os pagamentos podem ser parcelados em 2 vezes*

**NOTA****ATENDIMENTO DO CDI**

O Centro de Informação e Documentação é um serviço do GTPOS para todos aqueles que desejem consultar nossa biblioteca e videoteca especializadas em temas como: sexualidade, gênero, Aids, DST e drogas. Além de livros e vídeos, dispomos de apostilas, relatórios, anais de congressos, artigos veiculados na mídia. Todos os itens podem ser consultados no local, sendo que as publicações esgotadas no mercado podem ser fotocopiadas.

**Rua Monte Aprazível, 143 – Vila Nova Conceição – São Paulo – SP**

**Fax: (011) 822.2174**

**Endereços eletrônico: [gtpos@that.com.br](mailto:gtpos@that.com.br)  
[cdi@that.com.br](mailto:cdi@that.com.br)**

**Horários: segunda-feira das 9h30 às 12h30,  
todas as tardes das 13h30 às 17h30.**



## Projeto “Trance essa Rede”

O Projeto “Trance essa Rede”, composto por adolescentes multiplicadores, capacitados durante o ano de 1996, lançou sua Cartilha, totalmente elaborada por eles. Em noite de autógrafos, dia 22 de maio, 140 adolescentes lotaram a Livraria da Vila, comemorando este primeiro ano de trabalho na prevenção das DST/AIDS.

BOLETIM Nº 10 MAI / JUL 97  
**GTPOS**

GTPOS – Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual  
Fone (011) 822.8249 Fax (011) 822.2174  
Rua Monte Aprazível, 143 – Vila Nova Conceição – 04513-030 São Paulo/SP Brasil

